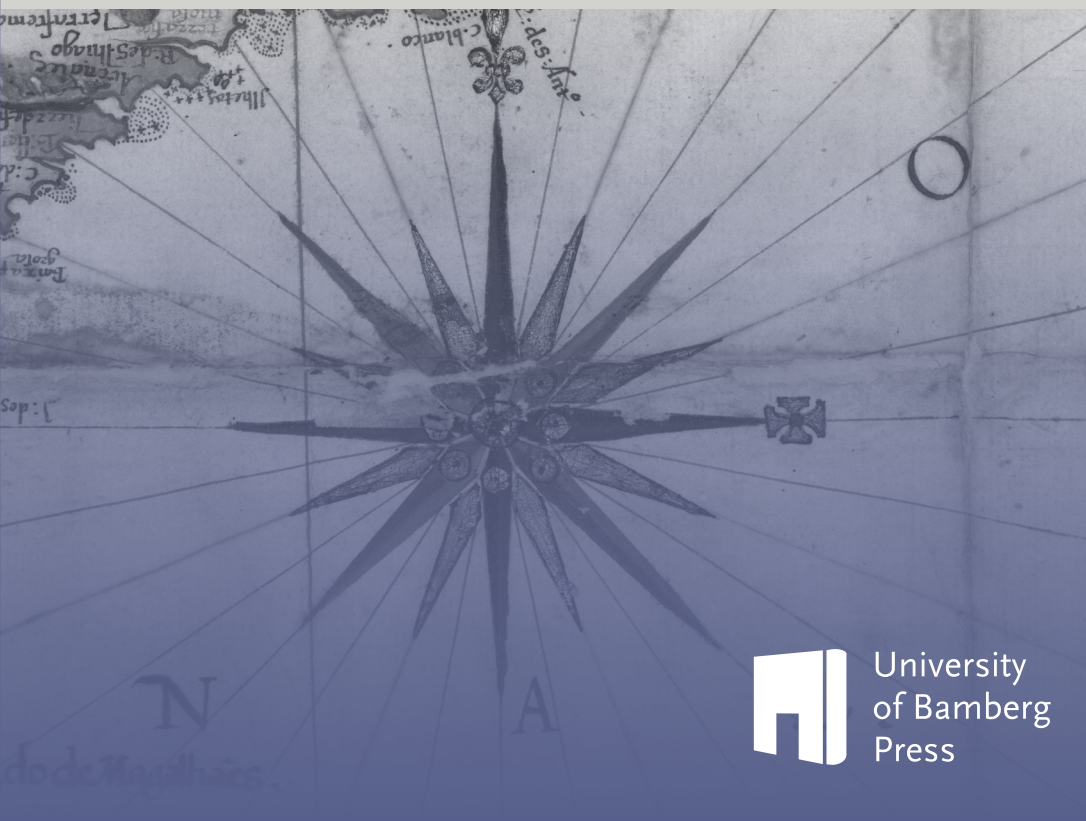


Enrique Rodrigues-Moura (org.)

Letras na América Portuguesa

Autores – Textos – Leitores



University
of Bamberg
Press



(2021) Rodrigues-Moura, Enrique. »Prolegômenos: Letras na América Portuguesa«. In: Enrique Rodrigues-Moura (org.). *Letras na América Portuguesa. Autores – Textos – Leitores*. Bamberg: University of Bamberg Press, 6–41.

ISBN: 978-3-86309-803-2 (Druckausgabe)
eISBN: 978-3-86309-804-9 (Online-Ausgabe)
URN: urn:nbn:de:bvb:473-irb-500631
DOI: <http://dx.doi.org/10.20378/irb-50063>

Célebre fez o Fócio ao monte Parnasso o ter sido das Musas
domicílio [...]. [A] famosa Grécia, para cujas interiores
Províncias se passaram [...]. Transformou-se Itália em uma
nova Grécia e assim, ou se passaram outra vez de Grécia,
ou de novo renasceram as Musas em Itália [...]. [C]orrupta a
língua latina, na mesma Itália se reproduziram [...].
Ultimamente se tranferiram para Espanha, [...] em Portugal,
ilustre parte das Espanhas, se naturalizaram [...].

Nesta América, inculta habitação antigualmente de bárbaros
índios, mal se podia esperar que as Musas se fizessem
brasileiras; contudo, quiseram também passar-se a este em-
pório, aonde como a doçura do açúcar é tão simpática com
a suavidade do seu canto, acharam muitos engenhos que,
imitando aos poetas da Itália e Espanha, se aplicassem a
tão discreto entretenimento, para que se não queixasse esta
última parte do mundo que, assim como Apolo lhe comuni-
ca os raios para os dias, lhe negasse
as luzes para os entendimentos.

Manoel Botelho de Oliveira

(Salvador da Bahia, ca. 1702)

Música do Parnaso, Lisboa, 1705

Sol Oriens in occiduo. Neste felicíssimo ocidente nasceu o
Sol para a Bahia: agora lhe amanheceu,
porque agora se verá a Bahia convertida em Atenas.

José da Cunha Cardoso

Academia Brasília dos Esquecidos
Salvador da Bahia, 23 de abril de 1724

Prolegômenos

Letras na América Portuguesa

Enrique Rodrigues-Moura
Bamberg

Desde os recentes e mais ou menos bem-sucedidos processos de democratização em Portugal e no Brasil, respectivamente, os estudos das relações culturais luso-brasileiras têm sido um tema recorrente das investigações acadêmicas de ambos os lados do Atlântico. A isso, haverá que acrescentar a significativa mudança nos fluxos migratórios, que fez com que Portugal deixasse de ser, sobretudo, um país exportador de mão-de-obra, para começar a receber migrantes africanos, europeus e, de modo muito especial, brasileiros. Nos últimos anos, em decorrência da Crise Financeira de 2008, Portugal voltou a exportar mão-de-obra, com o agravante para o país e benefício para os países que a receberam, pois esses trabalhadores saíram de Portugal com uma formação acadêmica e técnica especialmente assinalável. Um relevante número desses portugueses escolheram o Brasil como país de destino.

Por sua vez, em decorrência da recente e ainda aguda crise política brasileira, que também atinge a economia e a segurança pública e que, por outro lado, proporcionou argumentos políticos para o mais do que discutível processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e facilitou a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República, em 2018, um importante número de brasileiros, em grande parte com significativa formação acadêmica e/ou considerável capacidade econômica, estão abandonando o país, e não poucos escolhem Portugal como terra de acolhida. Quer dizer, mesmo tendo em consideração a distância geográfica e a avultada diferença populacional, os cidadãos dos dois países em questão, Portugal e Brasil, possuem cada vez mais e melhor informação um do outro, seja por movimentos migratórios, seja pelos meios de comunicação tradicionais, seja também pelas novas ferramentas das mídias sociais. O conhecimento mútuo é mais alargado e preciso, para quem tem um mínimo de interesse.

O Brasil, um país gigante que tem fronteiras com o mar e, basicamente, com o castelhano, passou a liderar, a partir da sua redemocratização,¹ os processos de integração latino-americanos e, desde o fim do século XX e os primeiros anos do corrente século XXI, durante os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rouseff, conseguiu certa estabilidade macroeconômica e passou a exigir maior participação no cenário internacional. A chegada de Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto, em 2019, pôs em questão o adquirido prestígio internacional do país e criou uma cesura radical com projetos políticos anteriores que, bem ou mal sucedidos, encaminhavam o Brasil à consolidação democrática e a um mais apurado respeito aos Direitos Humanos.

Quer dizer, o proceder político do atual poder executivo põe em causa o respeito irrestrito aos direitos fundamentais denominados de primeira geração, pois não poucas vezes se menosprezam em discursos públicos opções individuais de vida diferentes do modelo de família patriarcal. No que diz respeito aos direitos fundamentais de segunda geração, aprecia-se uma ativa intervenção nos órgãos culturais dependentes do Estado, que cerceia a liberdade criativa. Mais significativo ainda, são os relevantes cortes econômicos aplicados à educação secundária e superior e à saúde, área esta última bastante ressentida durante a pandemia Covid-19. É indiscutível que tanto a educação como a saúde são pilares básicos para se alcançar uma mínima igualdade social no Brasil, país que, historicamente, margina de forma flagrante a sua população negra ou parda. Por último, a despreocupação ou até os ataques diretos aos direitos fundamentais de terceira geração, que zelam pelo meio ambiente e pela preservação das comunidades indígenas do país, tiveram saliente repercussão internacional, pois fragilizam a resiliência das reservas da biosfera do país, tais como a Mata Atlântica, a Amazônia Central ou o Pantanal. Nesse sentido, é significativo que o reconhecimento das comunidades quilombolas, embora conste na Constituição de 1988, tenha decrescido de forma alarmante durante o governo do presidente Bolsonaro.²

¹ A literatura acadêmica considera que a transição da ditadura à democracia, no Brasil, foi a mais longa da América Latina, possivelmente, de 1974 a 1989/1990 (cf., por exemplo, Kinzo 2001). Mesmo assim, significativa foi a segunda metade dos anos oitentas do século XX, com a eleição indireta e imediata morte do presidente Tandrado Neves, antes de que tomasse posse do cargo, fato que levou o seu vice-presidente José Sarney a assumir a presidência da República.

² Cf. o artigo 216 da *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988): «Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes

Depois da escravidão na América Portuguesa: Ruy Barbosa, Gilberto Freyre e o movimento negro

Uma das evidentes mazelas históricas do Brasil independente foi perpetuar durante tão longo intervalo de tempo a herdada instituição do tráfico de pessoas escravizadas. Inclusive, abolida a escravidão com a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, o Estado brasileiro não contribuiu de modo algum para a integração social dessas pessoas que, até o dia anterior, tinham experimentado a condição de escravos. A muito citada queima de todos os papéis, livros de matrícula e documentos relacionados com a escravidão que se encontravam nas repartições do Ministério da Fazenda foi ordenada por despacho de Rui Barbosa em 14 de dezembro de 1890, na qualidade de Ministro, com o intuito de eliminar qualquer comprovante que pudesse alicerçar as indenizações econômicas que os ex-senhores de escravos pretendiam solicitar ao governo da nascente República.³ Passou a constar na História do Brasil que Rui Barbosa tomou essa decisão guiado por «motivos ostensivamente de ordem econômica» e a modo de um renovado auto-de-fé, neste caso, «auto-de-fé republicano», como, não sem malícia, escreveu Gilberto Freyre no capítulo IV do seu afamado estudo sociológico *Casa-grande & senzala* (2002:

grupos formadores da sociedade brasileira», e, especialmente, o § 5.º: «Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos». Interessa, também, ter em consideração o artigo 68 do Ato das disposições constitucionais transitórias: «Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos». Parcialmente fora do escopo destes «Prolêgomenos», mas na linha do acima descrito descaso do poder executivo pela salvaguarda da cidadania brasileira, vale a pena citar aqui o valioso papel que o Boletim *Direitos na Pandemia* vem desempenhando na denúncia das atividades normativas durante a crise causada pela Covid-19. Esta publicação de difusão científica da Conectas Direitos Humanos e do Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) documenta, periodicamente, a reação dos poderes públicos perante a evolução da Covid-19 no Brasil. No Boletim n.º 10 denuncia-se «uma violação sem precedentes do direito à vida e do direito à saúde dos brasileiros» e descata-se a «urgência de discutir com profundidade a configuração de crimes contra a saúde pública, crimes de responsabilidade e crimes contra a humanidade durante a pandemia da Covid-19 no Brasil» (Ventura / Reis 2021: 7). Agradeço à jornalista Cris Rodrigues (Porto Alegre / São Paulo) a documentação e discussão desses aspectos políticos do governo do presidente Jair Bolsonaro.

³ Esse movimento passou à História com o nome de «avalanche indenizacionista». O texto da decisão do Ministro da Fazenda é indubitável: «Manda queimar todos os papéis, livros de matrícula e documentos relativos à escravidão, existentes nas repartições do Ministério da Fazenda. Rui Barbosa, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional. [...] Carta Federal, 14 de dezembro de 1890» (cf. Lacombe *et alii* 1988: 114).

315).⁴ Assim, devido ao êxito do livro de Freyre e ao reconhecimento público do seu autor – e impossibilitado Rui Barbosa de se defender, pois falecera em 1923 –, a ação do eminente jurista tornou-se de conhecimento público como uma mancha indelével no seu proceder público. Não andava mal encaminhado Freyre ao citar motivos pecuniários como os detonantes da queima de documentos, mas, por outro lado, não fez constar no seu texto que, com esses documentos, o movimento de ex-senhores de escravos teria tido uma base legal para solicitar indenizações pelo prejuízo pecuniário que a Lei Áurea lhes poderia ter ocasionado.

Semelhante pensamento filosófico e político a favor de cancelar abruptamente um longo passado iníquo e traumático, com pretensões de assentar as bases para um futuro imaculado, no qual as vítimas sem voz institucional passam irremediavelmente ao esquecimento, não é caso único na história de Ocidente. Do ponto de vista da concepção que se tem dos Direitos Humanos, hoje, início do século XXI, trata-se de um ato inadmissível, porém, sem pretender legitimá-lo nem justificá-lo, é possível integrá-lo numa importante tradição política que, repetidas vezes no decorrer da história, fez questão de marcar um corte radical com o passado. Em inúmeros momentos históricos, já desde os tempos greco-romanos, outorgou-se sempre primazia à futura convivência social em detrimento do direito das vítimas à justiça. Assim, depois da cruenta, embora breve, Tirania dos Trinta (403 AEC), o general ateniense Trasíbulo promoveu uma anistia ou olvido geral (salvo para alguns oligarcas), que alicerçou a democracia em Atenas por longos anos, ao tempo que incorporava o vocábulo «anistia» ao acervo jurídico e político ocidental. O próprio Cícero, tendo muito presente o exemplo heleno, logo a seguir ao assassinato de Júlio César (44 AEC), veio a defender que se deviam borrar com o eterno olvido todas as passadas discórdias: «atque omnem memoriam discordiarum oblivione sempiterna delendam censui» (1994: 13). E já

⁴ A cita completa merece ser lembrada: «Infelizmente as pesquisas em torno da imigração de escravos negros para o Brasil tornaram-se extremamente difíceis, em torno de certos pontos de interesse histórico e antropológico, depois que o eminente baiano, Conselheiro Rui Barbosa, ministro do Governo Provisório após a proclamação da República de 89, por motivos ostensivamente de ordem econômica – a circular emanou do Ministro da Fazenda sob o nº 29 e com data de 13 de maio de 1891 – mandou queimar os arquivos da escravidão. Talvez esclarecimentos genealógicos preciosos se tenham perdido nesses autos-de-fé republicanos» (Freyre 2002: 315). Nos convulsos debates prévios e posteriores à Lei Áurea, Rui Barbosa escreveu no *Diário Oficial*, a 12 de novembro de 1890, radicalmente contrário ao movimento «indenizacionista», que bem «[m]ais justo seria, e melhor consultaria o sentimento nacional, se se pudessem descobrir meio de indenizar os ex-escravos, não onerando o Tesouro» (cf. Lacombe *et alii* 1988: 111).

na gênese do moderno sistema de Direito Internacional, os acordos de Paz de Westfália enfatizaram a necessidade de um perpétuo olvido e um perdão geral entre os assinantes, exigindo uma futura amizade sincera entre as partes adversárias («perpetua oblivio et amnestia»; «sincera amicitia»).⁵ Somente com a paulatina consciência do que significou para a Humanidade a barbárie de Auschwitz, já depois da II Guerra Mundial, no decorrer dos seguintes decênios, foi possível trazer ao primeiro plano tanto as políticas estatais de memória como a imperiosa justiça que as vítimas necessitavam e mereciam.⁶

Voltando à queima dos arquivos relacionados com a escravidão, embora o Congresso Nacional tenha aprovado por esmagadora maioria o proceder de Rui Barbosa, em 20 de dezembro de 1890, é pertinente lembrar que o deputado Francisco Coelho Duarte Badaró registrou um particular voto discordante. Na sua intervenção, pediu que não o considerassem contrário à «obra meritória dos abolicionistas», mas destacou que o «ato de cremação» seria próprio de «verdadeiros iconoclastas», que criaria sérias dificuldades para se escrever a futura História do Brasil (*apud* Lacombe *et alii* 1988: 121-122). Não foi o único a pensar assim. Entre outros, cita-se sempre umas perspicazes linhas do romance *Memorial de Aires*, de Machado de Assis. O romance foi publicado em 1908, mas essa aguda reflexão aparece, ficcionalmente, na entrada de 13 de maio de 1888: «Ainda bem que acabamos com isto. Era

⁵ Cito de acordo às edições histórico-críticas do projeto *Acta Pacis Westphalicae* (Rheinische Friedrich-Wilhelms-Universität Bonn, Zentrum für Historische Friedensforschung), que publicou os mais importantes documentos da Paz de Westfália (Tratados de Münster e Osnabrück, 1643-1649). Cf. <http://www.pax-westphalica.de> [consultado por última vez a 10 de outubro de 2020].

⁶ O processo foi demorado. Ainda a 19 de setembro de 1946, no seu famoso discurso intitulado «A 'United States of Europe'», proferido na Universidade de Zürich, Winston Churchill reconhece, por um lado, a necessidade de punir os culpados da II Guerra Mundial, mas, por outro, não deixa de olhar para o futuro, pondo em primeiro lugar a necessária vindoura convivência social na Europa: «The guilty must be punished. Germany must be deprived of the power to rearm and make another aggressive war. But when all this has been done, as it will be done, as it is being done, there must be an end to retribution. There must be what Mr Gladstone many years ago called 'a blessed act of oblivion'. We must all turn our backs upon the horrors of the past. We must look to the future. We cannot afford to drag forward across the years that are to come the hatreds and revenges which have sprung from the injuries of the past. If Europe is to be saved from infinite misery, and indeed from final doom, there must be an act of faith in the European family and an act of oblivion against all the crimes and follies of the past» (Churchill 2003: 429). As vítimas da II Guerra Mundial mal aparecem no discurso de Churchill. Sobre a evolução do conceito de memória, cf. também Meier 2010. Interessa salientar que Meier, citando Jacques Le Goff, considera que o povo judeu representaria uma clara exceção ao imperativo do olvido (cf. 2010: 12).

tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia» (Assis 1908: 56). Machado de Assis sabia ou intuía que a memória histórica não podia ser apagada tão facilmente e que, mesmo que permanecesse só na ficção – na poesia –, o passado voltaria a ser revivido no futuro. Só para citar um exemplo, quatro anos depois, Coelho Neto levou para a ficção no conto «Banto» os últimos dias da vida de Sabino, «o negro mais velho d'aquellas redondezas», já depois da Lei Áurea (1912: 9). Fora despedido por não se adaptar às novas regras do capitalismo que começavam a se impor no Brasil:

Um dia, já depois da Lei, «nhô Roberto», que andava nervoso, entrou na horta e achou-o sentado perto do rego, chupando uma laranja. Foi um tempo quente, não quiz saber de desculpa – pô-lo fora. «Que fosse para o inferno! Estava livre, os canalhas que o sustentassem.» (Coelho Neto 1912: 11)

Sabino vaga pelas fazendas da região e observa, intrigado, como os novos colonos brancos passam a comprar as antigas fazendas e lhes dão nova vida produtiva. Entre eles um italiano, que outrora andara «rolo, descalço, carregando ferramentas, comendo em marmitas, dormindo ao relento, pior que escravo» (34): Sabino «[n]ão compreendia que um italiano, como seu Amati, que elle conhecera esfrangalhado, sem vintém, chegasse a ser dono de fazenda» (25).⁷

Mas não só a ficção manteve a memória de mais de três séculos de escravidão na América Portuguesa. Felizmente, nem o Ministério da Fazenda guardava todos os documentos brasileiros relativos à escravidão, nem a

⁷ Não se pode negar, no entanto, que o conto também transmite uma visão amável, nostálgica, do tempo em que a personagem Sabino viveu como escravo: «Um dia soube da morte de nhô Roberto (Nosso Senhor não dorme!) e, como a fazenda fosse comprada pelo coronel Chico Amaral, homem de bom coração, ele, que já andava com muita saudade daqueles fundões, botou o pé no caminho» (11); «Era o passado que subia do tempo numa evocação da saudade. Caminhou» (36). Para uma visão bem mais crítica com a escravidão e as consequências da Lei Áurea, mas permanecendo sempre no mundo da ficção, vale a pena ler o romance *Torto arado* (2018), de Itamar Vieira Junior. A terceira parte do romance é especialmente explícita: «Belonísia era a fúria que havia cruzado o tempo. Era filha de gente forte que atravessou um oceano, que foi separada de sua terra, que deixou para trás sonhos e forjou no desterro uma vida nova e iluminada. Gente que atravessou tudo, suportando a crueldade que lhes foi imposta» (Vieira Junior 2020: 261). Uma recente e perspicaz crítica ficcional à «incomparável cordialidade brasileira» encontra-se no romance *Marrom e Amarelo*, de Paulo Scott (2019: 7), que salienta a impossibilidade tanto ontológica como volitiva dos poderes políticos pós 2016 para buscar soluções sequer honestas ao problema racial no Brasil (cf. especialmente as páginas 24-45).

administração era tão eficiente no cumprimento à risca de tão ambicioso projeto: cancelar o passado.

Superado o fervor abolicionista e com o objetivo de se construir uma nação, não só erguer uma República, o cativante livro de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*, criou a amável e muito conhecida visão de uma democracia racial brasileira. Como já demonstrou a historiografia e a sociologia mais qualificadas, o livro consiste em uma proposta ideológica conservadora e patriarcal, mas que, ao ser publicado em 1933, numa época em que ainda primavam teorias eugênicas e, no contexto internacional, subia ao poder o partido nacional-socialista alemão, teve grande impacto por valorizar o híbrido, o mestiço e, até mesmo, a privacidade da vida das pessoas. Essa visão da democracia racial brasileira manteve-se por demasiados anos no imaginário coletivo nacional e, inclusive a elite letrada do país, consciente da sua falácia, tinha saudades de um passado que a situava na cúspide social, da qual se sentia herdeira. Em prefácio a uma reedição do livro de Freyre, de 2003, o próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso permite transparecer certa nostalgia por um tempo passado, ancorado na América Portuguesa, mesmo consciente de que não teria sido realmente assim como se descreve, mas, aponta saudosamente, algo de verdade ainda teria: «Gilberto Freyre descreveu um Brasil que, se era imaginário em certo nível, em outro, era real. Mas, como seria gostoso se fosse verdade por inteiro, à condição de todos terem sido senhores...» (2003: 22).

No imediato passado e já no atual presente, as vozes das vítimas passaram a assumir um merecido protagonismo, por evidentes motivos éticos e pela necessidade vital de conhecerem a sua própria memória e de poderem ser donos da sua própria biografia. Ao mesmo tempo, a ciência historiográfica brasileira, desde a profissionalização cada vez maior das universidades, vem dedicando inúmeros esforços para conhecer melhor e mais profundamente a sociedade da América Portuguesa, e muitas publicações têm iluminado as condições de vida das pessoas escravizadas. O conhecimento passou do documento à explicação mais abrangente, da casuística à teoria hermenêutica.

O salto do mundo acadêmico ao espaço público deu-se graças à emergência do movimento negro no Brasil. Surgido nos anos setentas do século XX, ganhou força política ao reivindicar uma identidade negra que nega a suposta ausência de conflito étnico-racial no país. Lideranças da Marcha Zumbi dos Palmares, que aconteceu a 20 de novembro de 1995, em Brasília, foram recebidas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. A se-

guir, instituiu-se o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. Outro passo assertivo foi a participação brasileira na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Conexa, realizada na cidade de Durban, África do Sul, entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, que serviu para transnacionalizar o discurso do movimento negro, ao tempo que deslocou o eixo do discurso reivindicativo de uma identidade nacional para uma identidade étnico-racial negra. Mais adiante, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, pela qual passou a ser obrigatório no ensino fundamental e médio, público e particular, «o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil». Passados quase cem anos do livro escolar de Olavo Bilac e Manoel Bomfim, *Atravez do Brasil*, de 1910, no qual se advogava por civilizar o país segundo vigentes modelos europeus e apagar a ainda viva herança colonial (cf. Rodrigues-Moura 2007b), o governo do presidente Lula da Silva voltava a confiar na educação⁸ para alcançar mudanças sociais importantes e necessárias.

América Portuguesa – luso-tropicalismo e lusofonia

Do outro lado do oceano Atlântico, a partir de 1974, com a Revolução dos Cravos, Portugal abandonou um longo isolamento geopolítico, ingressou na Comunidade Europeia na década seguinte, hoje em dia denominada União Europeia, e, em paralelo com o fim da Guerra Fria, estabeleceu um novo e necessário relacionamento diplomático e cultural com os países de língua oficial portuguesa. Ao mesmo tempo, se já Lídia Jorge e António Lobo Antunes tinham denunciado, nas suas ficções, os horrores da Guerra Colonial, ou Guerra de Libertação, nos últimos anos têm surgido cada vez mais vozes críticas que põem seriamente em dúvida a amável visão tropical da presença portuguesa no Brasil e na África, visão esta ainda demasiado herdeira da

⁸ O dramático episódio do incêndio do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em setembro de 2018, durante o governo do presidente Michel Temer, seria um exemplo às avessas dessa confiança ilustrada na educação como meio útil para melhorar a vida das cidadãs e dos cidadãos. As labaredas de fogo que arrasaram com tudo seriam uma metáfora de um projeto consciente de descaso com a educação e o patrimônio cultural, histórico e científico, por parte do próprio Estado.

ideologia do Estado Novo e do pensamento de Gilberto Freyre. O autor pernambucano criara uma mitologia profundamente reacionária do passado, que passou à História com a denominação de luso-tropicalismo, segundo o qual se postulava uma encantadora democracia racial e social, que esfumava uma estrutura hierárquica e paternalista bem definida: aquele idealizado «mundo que o português criou». O luso-tropicalismo foi imensamente útil aos interesses de dominação colonial do Estado Novo português – e Freyre era consciente disso –, pois legitimava uma ocupação violenta e fornecia argumentos aparentemente científicos para neutralizar os movimentos descolonizadores africanos. O luso-tropicalismo em versão divulgável vingou em Portugal, mesmo depois de 1974, e ajudou a criar um imaginário nacional de autorrepresentação do povo português no qual primava o seu caráter tolerante, fraterno e voltado para o ecumenismo.⁹

No início do século XXI, começaram a surgir em Portugal uma série de títulos, tanto ficção como estudos universitários, que recriavam, literariamente, ou indagavam, academicamente, a posição do denominado «retornado» na sociedade e na cultura portuguesas, quer dizer, aquelas pessoas que abandonaram às pressas as colônias portuguesas na África à época das suas respectivas independências, na decorrência do 25 de abril de 1974.¹⁰ A

⁹ Sigo aqui os valiosos trabalhos de Cláudia Castelo (cf. 1998, 2005, 2017, 2019), possivelmente, a pesquisadora que mais e melhor se tem debruçado sobre a relação de Gilberto Freyre com o Portugal ditatorial. A figura intelectual e política de Gilberto Freyre, no Brasil, foi sempre polêmica. Por citar um exemplo que bem resume esse aspecto controverso das suas obras e do seu atuar político, interessa lembrar o artigo que Antonio Candido escreveu na *Folha de São Paulo* com motivo do falecimento do pensador pernambucano: «Aquele Gilberto» (19 de julho de 1987). Nesse conciso texto podem-se ler afirmações que constatarem a fascinação que *Casa-grande & senzala* (1933) exerceu na intelectualidade brasileira, ao tempo que se sente a marcada decepção que, neste caso Candido, sentiu pelo evoluir político de Gilberto Freyre: «O Gilberto Freyre que desejo lembrar no momento da sua morte é o que vai de 1933, publicação de *Casa-grande & senzala*, até 1945, quando foi eleito, pela Esquerda Democrática, deputado à Assembleia Nacional Constituinte. [...] Esse Gilberto se empenhou com rara coragem na luta contra a ditadura [...]. Depois disso, no correr dos anos, mudou bastante. Mudou demais. Mas naquele momento foi um dos maiores exemplos de resistência e de consciência radical no Brasil» (Candido 1993a: 82).

¹⁰ O termo «retornado» implica, na verdade, reduzir num só vocábulo um grupo muito heterogêneo de pessoas, cujo único denominador comum é o de terem vivido na África colonial portuguesa. Por exemplo, muitos tinham nascido na metrópole e mantinham lembranças ou contatos com a terra longínqua, outros, no entanto, já tinham nascido na África e nem sequer tinham posto os pés no Portugal continental antes de 1974/1975. Os portugueses que foram para o Brasil ou para a África do Sul não entram na categoria de «retornados». O termo surge no Conselho de Ministros do Governo de Portugal, a 5 de maio de 1976, com o intuito de designar todos os portugueses que, residentes de forma permanente nas ex-colônias africanas, foram

variedade qualitativa e ideológica desses textos é tal que uma breve descrição resultaria fútil. No entanto, não poucos lembram e recriam o agradável tempo passado na África, no qual a violência, inseparável da presença lusa no continente, transforma-se num projeto civilizador próximo ao pensamento do luso-tropicalismo. Essa nostalgia por um tempo feliz – também denominada «marketing da nostalgia» – nem sempre vem marcada por uma consciência política clara e precisa, como bem descreve com nítida prosa Isabel Figueiredo no seu *Caderno de Memórias Coloniais*, publicado em 2015: «Quando revelam, com lágrimas sinceras, ‘deixei o meu coração em África’, eu traduzo, ‘deixei lá tudo, e tinha uma vida tão boa’. [...] Venham falar-me no colonialismo suavezinho dos portugueses» (Figueiredo 2017: 119, 211).

A icônica foto que Alfredo Cunha tirou em 1975 de alguns contentores e muitos caixotes dos «retornados» recém chegados a Lisboa, todos empilhados de qualquer maneira junto ao Padrão dos Descobrimentos, poderia ser interpretada como o fim do luso-tropicalismo de andar por casa.¹¹ Nessa imagem, o Infante D. Henrique, figura ímpar que comandara os valerosos portugueses nesse singular monumento levantado pela ditadura salazarista, deixaria de olhar para o além, que se avista carregado de nuvens cinzentas, e teria que se confrontar com um império em ruínas. Precisamente o mesmo D. Henrique que teria propiciado o tráfico oficial de pessoas escravizadas a partir de 1444, data em que desembarcou na cidade de Lagos, trazidas da África, à força, um considerável grupo de pessoas que logo foram vendidas como escravos. O maltrato imposto a essas pessoas não foi nunca negado pelos contemporâneos que sobre o fato escreveram, entre eles o cronista Gomes Eanes de Zurara. No entanto, a redenção pela conversão ao cristianismo, por muito que hoje nos pareça um rele argumentum hipócrita, naquele tempo justificava, do ponto de vista evangélico ou civilizatório, o comércio escravocrata. Poucos anos depois, o próprio Papa Nicolau V legitimou a ex-

para Portugal depois de 1.º de setembro de 1974. Calcula-se que o grupo de «retornados» seria, no mínimo, de meio milhão de pessoas.

¹¹ Quarenta anos depois, em 2015, a famosa fotografia serviu de imagem à exposição «Retornar. Traços de Memória» (4 de novembro de 2015 a 29 de fevereiro de 2016), comissariada por Elsa Peralta para a Galeria Avenida da Índia (cf. Peralta *et alii* 2017). Inclusive, como iniciativa artística, os contentores voltaram a ser colocados ao pé do Padrão dos Descobrimentos, embora desta vez se tratasse de modernos e padronizados contentores (e nenhum caixote), que não foram em modo algum amontoados ao acaso e sim bem alinhados com finalidades expositivas ou museológicas.

pansão imperial portuguesa, com todas as suas dantescas consequências, mormente, quando assinou a bula *Romanus Pontifex*, de 1455.¹²

A citada imagem do fotógrafo Alfredo Cunha possui uma cuidada organização espacial. Os caixotes postos em primeiro plano parecem acumulados de qualquer maneira uns sobre os outros, de tal modo que, à esquerda, conformam uma torre levemente superior em altura à figura do Infante D. Henrique. No ponto de fuga da imagem, vê-se, ao longe, algumas embarcações a velejar pelo rio, sobre o qual se observam nuvens ameaçadoras. Bem no fundo da imagem, essas nuvens parecem clarear, quem sabe se a indicar alguma esperança. Afinal de contas, com esse impasse, a República Portuguesa começava o seu processo democrático e, definitivamente, o lusotropicalismo agonizava. Um novo conceito integrador urgia, então, para articular, pelo menos por parte de Portugal, o necessário novo relacionamento diplomático com as ex-colônias: a lusofonia.

No âmbito oficial, o luso-tropicalismo deu passo à lusofonia, corrente de pensamento cultural e político que busca manter os laços entre todas as regiões do mundo onde se fala ou se falava português. Dessa forma, a língua passou a ser o principal elo entre os diferentes territórios lusófonos que, no passado, foram governados, de uma ou outra forma, seguindo as diretrizes do Paço de Lisboa. Nesse sentido, Sílvio Elia classificou o espaço lusófono em cinco grandes grupos: Lusitânia Antiga (Portugal), Lusitânia Nova (Brasil), Lusitânia Novíssima (países africanos de língua oficial portuguesa e, a partir de 2002, também Timor-Leste), Lusitânia Perdida (antigos territórios

¹² Sobre o desembarco desse grupo de escravizados em Lagos, em agosto de 1444, escreveu Zurara acertadas linhas, que não fogem, em absoluto, à descrição de um sofrimento real: «pelo nojo [pesar/tristeza] que devees consiirar que teeram em seus corações, veendosse fora da terra de sua natureza, e postos em cativoiro, sem avendo algum conhecimento de qual sera sua fim; [...] Mas qual serya o coração, por duro que seer podesse, que nom fosse pungido de piedoso sentimento, veendo assy aquella companha; ca huus tiinham as caras baixas, e os rostros lavados com lagrimas, olhando huus contra os outros, outros estavam gemendo muy doorosamente [...]» (1841: 130, 133). A bula *Romanus Pontifex* pode-se ler em Davenport 1917: 9-26, ou na *Monumenta Henricina* 1971: XII, 71-79. Para uma sagaz interpretação desse desembarco, dos acontecimentos aqui referidos e de suas implicações históricas, cf. Russell 2016: 231-251. Sobre esse fato histórico, merece ser tida em consideração a reflexão de Bartolomé de las Casas. Encontra-se na sua *Historia de las Indias*, publicada só postumamente, mas muito lida em diferentes cópias manuscritas a partir da sua morte, em 1566. O famoso dominicano leu o texto de Zurara e critica, acirradamente, este atuar de D. Henrique: «la buena intención del infante, ni los bienes que después sucedían, no excusaban los pecados de violencia, las muertes y damnación de los que muertos sin fe y sin sacramentos perecieron, y el captiverio de aquellos presentes, ni justificaban tan grande injusticia» (1951: vol. I, 132).

como Goa, Macau ou os variados entrepostos na Ásia e África) e Lusitânia Dispersa (comunidades de migrantes espalhadas pelo mundo não lusófono) (cf. 1989). Não deixa de ser uma classificação útil, mas, como toda relação por categorias, necessita simplificar alguns detalhes para poder abarcar o todo. Assim, citando dois exemplos expressivos, o arquipélago dos Açores poderia estar, por exemplo, a meio caminho entre a Lusitânia Antiga e a Nova, e, mais significativo ainda, haverá que reconhecer que é um desafio geoestratégico incluir a crescente e cada vez mais estável comunidade brasileira da Flórida, por citar um caso concreto, entre outros muitos possíveis, no grupo da Lusitânia Dispersa.¹³

A lusofonia apresenta, ainda na consolidada democracia portuguesa, uma forte proximidade à política internacional elaborada no Palácio das Necessidades de Lisboa. A confirmar esta tese vale a pena lembrar o perscrutador artigo de Antonio Tabucchi, publicado no ano de 2000 no *Le Monde*, no qual criticou o uso da lusofonia com claras intenções políticas, inclusive neocoloniais. Tabucchi recorda que a violência física foi fundamental para a expansão internacional de todas as línguas europeias, também da língua portuguesa. Talvez seja pela existência dessa relação entre língua e império¹⁴

¹³ Outro caso que a interessante proposta de Elia mal consegue incluir é a migração cabo-verdiana, a denominada 11.ª ilha, a ilha da diáspora. A comunidade de cabo-verdianos residente nos Países Baixos, por exemplo, formaria parte da Lusitânia Dispersa? E a migração cabo-verdiana residente em Portugal também faria parte dessa Lusitânia Dispersa ou já passaria a formar parte da Lusitânia Antiga? Esse exemplo, e outros que se poderiam aduzir, demonstra que a relação cultural e política, não só linguística, entre o Estado Português e o termo lusofonia se assemelha, talvez demasiado, a um princípio de identidade racional baseado na língua: todo objeto é igual a si mesmo, logo, todo falante de português como língua materna ou primeira língua seria lusófono.

¹⁴ Trata-se de uma relação com uma longa história. Já Lorenzo Valla, no seu livro *Elegantiarum linguae Latinae libri sex* (1449) afirmou que onde se falasse latim, estar-se-ia em Roma: «Amisimus Romam, amisimus regnum atque dominatum; tametsi non nostra sed temporum culpa; verum tamen per hunc splendidiorem dominatum in magna adhuc orbis parte regnamus. Nostra est Italia, nostra Gallia, nostra Hispania, Germania, Pannonia, Dalmatia, Illyricum, multaeque aliae nationes. Ibi namque romanum imperium est ubicumque romana lingua dominatur» (apud Garin 1952: 596) [«Perdemos Roma, perdemos o reino, perdemos o poder; e não por nossa culpa, mas por causa dos tempos. Contudo, com este esplêndido domínio continuamos a reinar em tantas partes do mundo. Nossa é a Itália, nossa a Gália, nossa a Hispânia, Germânia, Panônia, Dalmácia, o Ilírico e muitas outras nações; porque o império romano está onde quer que impere a língua de Roma»; tradução de ERM]. Antonio de Nebrija colheu esta ideia de Valla e lavrou-a como sentença na primeira página do prólogo da sua gramática da língua castelhana: «siempre la lengua fue compañera del imperio» (1492; cf. Asensio 1974). Para o caso luso-brasileiro, interessa lembrar as famosas cartas de Verney, nas quais ele afirma que «o primeiro princípio de todos os estudos deve ser a Gramática da própria língua» (1746: 8), em

ou pelo tabu do colonialismo, que chame muito a atenção que em 2020, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa ainda sonhe com levantar um mais do que discutível Museu da(s) Descoberta(s). Ao mesmo tempo, graças à existência de um Orçamento Participativo na cidade de Lisboa, também se criará, quase que como contrapartida, um Memorial às Vítimas da Escravatura.¹⁵ Salvo possíveis mudanças de última hora – construir um Museu da(s) Descoberta(s) na sequência da crise econômica causada pela pandemia Covid-19 pode ser uma tarefa mais do que difícil –, tratar-se-ia de um perfeito exemplo de como a inércia política não acompanha o espírito do seu tempo.

O exemplo do movimento internacional de origem norte-americana Black Lives Matters (BLM), surgido em 2013, e que, com diferentes ênfases, pretende dignificar a vida da população negra e afrodescendente no mundo, vem a ser uma chamada de atenção para uma retórica ufanista da expansão portuguesa. Em Portugal, a designação e a missão desse Museu da(s) Descobertas(s) provocou o protesto de um numeroso e variado grupo de profissionais do setor cultural e científico, num manifesto público dado a conhecer em maio de 2020. Consideram que dito Museu é, no momento atual, «injustificável e extemporâneo», e que o termo «descoberta», com as suas variantes eufemísticas como «descobrimientos», «primeira globalização», «viagem», «diáspora», «interculturalidade», «mar» e «lusofonia», exigem uma discussão mais ampla e plural. O objetivo cultural, no começo do século XXI, em Portugal, seria, segundo esse manifesto, privilegiar a inclusão e a diversidade de narrativas em liça.¹⁶ Ainda é necessário citar algumas iniciativas me-

contraposição à preponderância da gramática latina no ensino. Poucos anos mais adiante, em 1758, publicar-se-ia o *Directório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão*, elaborado sob a orientação do Marquês de Pombal, onde se voltaria a relacionar o domínio imperial e a língua dos povos conquistados: «Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe» (3).

¹⁵ Trata-se do Projeto 126 – Memorial à Escravatura (OP 2017/2018), apresentado pela Djass-Associação de Afrodescendentes. O Memorial pretende, por um lado, homenagear as vítimas da escravatura e, por outro, celebrar a sua abolição e o fim do tráfico de pessoas escravizadas. A proposta do artista angolano Kiluanji Kia Henda foi a mais votada para construir este Memorial. Trata-se de uma instalação intitulada «Plantação-Prosperidade e Pesadelo», com 540 pés de cana-de-açúcar em alumínio preto e que vai ser instalada junto ao Campo das Cebolas, em Lisboa.

¹⁶ Não é função destas linhas desvendar a polémica sobre dito projeto de museu, que ainda segue, bem acirrada, na mídia e na política portuguesas. Baste com assinalar que o projeto do Presidente da Câmara Municipal criou uma controvérsia, possivelmente, inesperada. Contro-

nores, basicamente individuais, mas conscientes do seu valor político, como a de Francisco Sousa, que em 2017 se considerava afro-beneficiário, após ter descoberto no arquivo familiar paterno que os seus antepassados comercializaram com escravos, fato que ajudou a que os seus antepassados pudessem consolidar uma posição económico-social, da qual, ele próprio, ainda no começo do século XXI, reconhece que beneficia.¹⁷

Assim, tendo em consideração que o luso-tropicalismo feneceu com o fim da ditadura salazarista e que o projeto da lusofonia necessitaria reconsiderar alguns pressupostos teóricos, por motivos éticos, é mais do que assinalável os vários movimentos da sociedade civil portuguesa que trabalham para resgatar um passado complexo e doloroso, questionando simultaneamente a existência de um discurso homogêneo para a nação portuguesa, tanto no presente, como no passado. Em ensaio já antigo, defendi que talvez o objetivo não deveria ser alinhar-se com a sempre citada frase de Fernando Pessoa que associa a língua com a pátria – «Minha pátria é a língua portuguesa» –, senão optar por outra radicalmente mais libertadora, como deixou escrito, em 1916, o heterônimo pessoano Álvaro de Campos: «Ser tudo de todas as maneiras» (Pessoa 1990: 148; cf. Rodrigues-Moura 2015: 89). Nessa linha de pensamento, vale a pena lembrar a sempre citada anedota do encontro do rei D. Luís com uns pescadores, já avançado o século XIX. Do alto do seu iate o rei perguntou-lhes se eram portugueses e eles, curiosos, responderam com clareza: «Nós outros? Não, meu Senhor! Nós somos da Póvoa do Varzim!». José Mattoso considera este diálogo «perfeitamente verossímil» (2013: 14).

vêria essa que constata que a sociedade civil portuguesa é bem mais diversa e ativa do que as instâncias políticas poderiam pensar. O citado manifesto de agentes culturais contra a designação e missão do Museu da(s) Descoberta(s) é uma clara amostra da conscientização da sociedade civil portuguesa a respeito do lugar de Portugal, como Reino, no tráfico mundial de pessoas escravizadas. O citado manifesto apareceu no jornal *Público* a 22 de maio de 2020.

¹⁷ Pode-se conferir o artigo «Portugal meteu a escravatura, o colonialismo e o racismo debaixo da cama». Que marcas do legado colonial ainda subsistem na sociedade portuguesa?, de Joana Gorjão Henriques e Frederico Batista, publicado no jornal português *Público*, a 23 de setembro de 2017, ou o artigo «‘Há muito mais famílias que tiveram escravos.’ Mas não se fala disso», de Joana Gorjão Henriques, publicado no mesmo meio de comunicação e no mesmo dia, como capítulo final de uma série de artigos intitulados «Racismo à Portuguesa». A própria publicação desta série de artigos demonstra que a sociedade civil portuguesa vem elaborando, nos últimos tempos, um diálogo com o passado histórico do país muito mais crítico do que algumas instâncias oficiais.

Translatio studii – Letras na América Portuguesa

No Brasil, por ocasião das comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses à costa do atual Estado da Bahia, a mais esclarecida *intelligentsia* pública brasileira não focou os fastos públicos e as publicações na lembrança e na reflexão sobre o evidente extermínio dos diferentes grupos indígenas que habitavam o subcontinente por volta de 1500, nem refletiu o suficiente sobre o tráfico de pessoas escravizadas, que, de forma violenta, trouxe tantas pessoas para a América, pelo contrário, dedicou mais e melhores esforços em reler os grandes pensadores que, a partir do final do século XIX (geração de 1870) e, já no século XX (herdeiros do Modernismo), conformaram o atual Brasil: José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Euclides da Cunha, Olavo Bilac, Manuel Bomfim, Paulo Prado, Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna, Celso Furtado, Antonio Candido e outros. Em linhas gerais, as obras desses autores propõem uma visão global do Brasil, assumindo a perspectiva de um projeto em andamento, conscientes de que, ao escreverem, estavam contribuindo para criar e formar uma identidade para a totalidade de habitantes do país. Em não poucos textos desses autores a escravidão vinha a ser algo atávico, do passado rural, não mais próprio de uma sociedade que se urbanizava velozmente. No seu conjunto, esses pensadores (homens, na sua grande maioria) criaram uma tradição cultural para o Brasil, na linha do que Machado de Assis já tinha captado e sintetizado como um voluntário «instinto de nacionalidade» (1873), que englobaria muitas gerações, escrevendo e lendo na mesma direção ideológica, para criar uma comunidade imaginada que acabaria se autodefinindo, cultural e politicamente, como brasileira. É nesse sentido que Antonio Candido percebeu com perspicácia que as letras brasileiras passaram a ser uma realidade no momento em que os seus escritores começaram a considerar que fazer literatura, especialmente numa época em que a literatura ocupava o espaço central do campo cultural, equivalia a fazer país. Como escreveu Candido, a literatura latino-americana, logo, também a brasileira, «foi frequentemente uma atividade devoradora», pois, «durante a formação nacional dos nossos países quase tudo devia passar por ela, e por isso ela foi uma espécie de veículo que parecia dar legitimidade ao conhecimento da realidade local» (1995: 15).

Os textos produzidos na denominada América Portuguesa (1500-1822) abrangeram os mais variados campos das letras ocidentais – lírica, épica,

dramaturgia, historiografia, epistolografia, parenética, lexicografia, etc. – e seguiram, como já esclareceu João Adolfo Hansen em numerosas publicações, um modelo retórico-poético e teológico-político comum, próprio das Letras do *Ancien Régime* (cf. Hansen 2019; Rodrigues-Moura 2009). Esses textos foram escritos em várias línguas: português, principalmente, mas também em latim, castelhano, francês, italiano, tupi-guarani, língua geral, etc. O número de autores também é considerável: Pero Vaz de Caminha, José de Anchieta, Antonio Vieira, Gregório de Matos, Manoel Botelho de Oliveira, Basílio da Gama, Antonio da Costa Peixoto, Francisco Alves de Sousa, etc. Esse «Parnaso Brasileiro» manteve um fluido diálogo cultural com Lisboa e inclusive com outras cidades europeias, diálogo esse que os processos de formação das literaturas exclusivamente nacionais, brasileira e/ou portuguesa, vieram apagar ou até mesmo desconhecer. A inexistência de imprensa na América Portuguesa pôde dificultar a impressão de livros por parte de autores residentes no Brasil, mas não foi nenhum impedimento para a contínua circulação de manuscritos e, obviamente, de livros. O próprio manuscrito era objeto de transmissão, empréstimo e cópia.¹⁸ Certamente, a circulação de manuscritos complicava as atribuições de autoria. Os cancioneiros de mão recolhiam materiais diversos que muitas vezes tinham tido uma vida independente antes, até que um colecionador os reunia, agregando novos textos, ou não, reorganizando a ordem, ou não. Mais do que um livro, consistem em pequenas bibliotecas de campanha, exemplos de gosto ou interesse literário de um indivíduo concreto.¹⁹

Exemplo muito significativo da autoridade dos manuscritos é o vocábulo «Gerebita», que Rafael Bluteau descreve no t. IV do seu *Vocabulário* como

¹⁸ À época, um texto literário podia circular impresso ou manuscrito, sem que essa diferença fosse significativa para os seus leitores. Quando Francisco Manuel de Melo escreveu a solicitar «informação dos autores [portugueses] que escreveram, para se formar a Biblioteca Portuguesa», não faz diferenças entre os que possuem obra publicada e os que não: «peço [...] me queira fazer mercê de tomar o trabalho de me mandar informar dos sujeitos que conhecer filhos dessa cidade, que hajam escrito ou escrevam, quer publicassem suas obras quer não, neste Reino ou fora dele; [...] em que idioma compôs e se em mais matérias». Carta não datada, possivelmente escrita em Leiden, Holanda (Melo 1980: 533-534). D. Francisco passou uns três anos desterrado na América Portuguesa, entre 1655 e 1658. Durante todo esse tempo não deixou de estar informado sobre as mudanças políticas da corte de Lisboa, por mais insignificantes que pudessem parecer. Não deixou de escrever, também, alguns textos para os quais necessitava copiosa bibliografia (cf. Prestage 1914; Colomès 1970; Rodrigues-Moura 2020a).

¹⁹ Sobre a circulação de manuscritos, cf. Bouza 2001; Castro / Rodrigues-Moura 2021. Para um estudo recente sobre o Códice Asensio-Cunha, que tem muito em conta as práticas letradas e de circulação de saberes na Bahia dos séculos XVII e XVIII, cf. Hansen / Moreira 2013: vol. 5.

«Palavra do Brasil. Agoa ardente, que se faz da borra das cannas de açúcar» (1713: página 62 da letra «G») e abona no *Suplemento ao Vocabulário* com uns versos de Gregório de Matos, que só poderia conhecer por testemunhos manuscritos: «Por hum lenço tomado | Em Geribita ensopado, | Se o fogo se lhe puzer, | A Gerebita ha de arder, | Sem ser o lenço queimado» (1727: 456).²⁰

Mais dois exemplos: 1) O manuscrito 8632 da Biblioteca Nacional de Portugal inclui praticamente todas as poesias portuguesas de Manoel Botelho de Oliveira que se imprimiram no livro *Música do Parnasso* (1705). Escrito pela mesma mão, a atribuição de autoria é correta, menos num caso: ao transcrever a silva «Descrição da Ilha da Maré, termo da cidade da Baía» o copista atribui-a a Antonio Barbosa Bacelar, sem qualquer explicação (cf. Martins 1983: 244, n. 4; Cunha 2007: 15, n. 7); 2) Do soneto «À morte do Desembargador Jerónimo de Sá e Cunha», também de Botelho de Oliveira e também incluído no livro *Música do Parnaso* (46), existem «cinco manuscritos principais que atribuem o texto a Gregório de Matos», como informa Francisco Topa (cf. 1999, II, anexo: 60-61). E muitos mais exemplos se poderiam acrescentar.

Neste sentido, levando em consideração o forte elo de união das Letras escritas na América Portuguesa com Portugal, e também com a Península Ibérica e a Europa, entende-se que o estudo da literatura brasileira deveria seguir acompanhando o da literatura comparada, como apontara Antonio Candido em texto seminal: «Estudar literatura brasileira é, em boa parte, estudar literatura comparada» (18 de abril de 1946, *Diário de São Paulo*).²¹ E alguns anos mais tarde, já na segunda página do prefácio da *Formação da Literatura Brasileira*, Candido afirma que a «nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas» (1959: 2).²² A proposta de Antonio Candido teve sérios e agressivos detra-

²⁰ Foi Fernando Rocha Peres quem primeiro chamou a atenção para este exemplo de autoridade lexicográfica de um manuscrito (cf. Peres 2000: 57-62). O exemplo constata a circulação de manuscritos entre a América Portuguesa e Portugal, embora não se possa esquecer que Gregório de Matos residiu no Reino por mais de trinta anos. Para o poema no qual comparecem esses versos, cf. Matos 1992: vol. II, 872-874.

²¹ Cf. Candido 1993b: 211-215. Certamente, chega a ser difícil, institucionalmente, separar os estudos de literatura brasileira dos de literatura comparada. Tanto é assim que José Luís Jobim, durante o seu período como presidente da ABRALIC, teve que refletir sobre as razões que levam a ABRALIC a se chamar Associação Brasileira de Literatura Comparada, e não, simplesmente, Associação Brasileira de Literatura, ABRALIT (2006: 95).

²² A publicação é de 1959, mas o estudo foi escrito «entre 1945 e 1951», sendo que a revisão do primeiro volume é de 1956 e a do segundo, de 1957 (Candido 1959: I, 8).

tores, como Afrânio Coutinho (1960) ou Haroldo de Campos (1989), com concepções bem diferenciadas sobre a gênese da literatura brasileira. O primeiro defende a existência de uma literatura brasileira já nos primórdios da chegada dos portugueses ao Brasil e o segundo defende que no século XVII, em Salvador da Bahia, já havia autores, manuscritos e leitores conformando uma ativa tradição literária, até institucionalizada. Os três, no entanto, se orientam no âmbito definido pelas literaturas nacionais, especialmente os dois últimos, pois Candido é consciente de que se trata de um processo, de um vir a ser. As Letras na América Portuguesa não nasceram como literatura brasileira, nem como literatura portuguesa, por uma ausência epistemológica: à época não existia o conceito de literatura nacional. Nasceram, pois, com caráter ocidental na linha histórica da *translatio imperii* e da *translatio studii*: «Letras do Parnaso», que do *Mare Nostrum* continuaram a sua expansão até as margens ocidentais do Oceano Atlântico.²³ Na sua dedicatória ao Duque do Cadaval, presente no seu livro *Música do Parnaso* (1705), Manoel Botelho de Oliveira demonstra ser consciente dessa passagem cultural de oriente para ocidente. Relata Botelho que Oliveira que, inicialmente, as musas haviam deixado o monte Parnaso para se adentrarem pelas províncias interiores da Grécia e de lá chegaram até a Itália romana e mais tarde, «corrupta a língua latina», teriam vingado na península transalpina e, com o decorrer do tempo, teriam continuado a sua viagem até a Espanha e, inclusive, se teriam naturalizado em Portugal, de onde passaram à outrora «inculta» América (Oliveyra 1705: [IV]). Poucos anos depois, em 1724, ao escolher por empresa o Sol e por Letra a frase latina «*Sol oriens in occiduo*» («o sol nasce por ocidente»), a Academia Brasílica dos Esquecidos não só cultuava a tradição da *translatio studii*, mas também afirmava a sua autoproclamada maturidade cultural.

Posteriormente, acompanhando a evolução ideológica dos países ocidentais, formou-se de modo consciente uma literatura nacional brasileira, mais ou menos a par de que se constituía o Estado nacional e independente do Brasil (Império e, posteriormente, República). A incorporação das manifes-

²³ O erudito Iohannes Guallensis (João de Gales), falecido ca. 1285, já elogiara Paris como centro erudito por ser destino dessa citada viagem cultural de livros e de conhecimentos, graças aos esforços políticos do imperador Carlos Magno: «De translatione studii ad urbem Parisiensem» [«Sobre a translação dos estudos para a cidade de Paris»] (*Floriloquium sive Compendiloquium de vitis illustrium philosophorum et de dictis eorum*, 1.ª ed. em Veneza, 1498; também Roma, 1655; cf. Piaia 1983: 135-142; Rodrigues-Moura 2007a: 4 e ss.).

tações literárias produzidas na América Portuguesa à literatura nacional brasileira é parte integrante do processo de construção nacional do país, e teve início no século XIX, quando ainda se dava grande ênfase à paisagem como marca de nacionalidade (cf. Rodrigues-Moura 2009).

Nestes últimos decênios de melhorias democráticas nas sociedades portuguesa e brasileira, as universidades luso-brasileiras ganharam peso internacional e ampliaram, de modo especial no vasto âmbito das Humanidades, seus anteriormente prioritários interesses nacionais – História Nacional, Literatura Nacional, etc. –, e assim, questões e perguntas relativas ao magno e variado espaço luso-brasileiro começaram a ganhar um assinalável peso acadêmico e curricular. Os denominados *Post-colonial Studies* e os *Transatlantic Studies* propiciaram uma revisão dos cânones literários e dos discursos da interação cultural entre o antigo Reino de Portugal e as suas Conquistas, com especial ênfase na América Portuguesa. As pesquisas sobre o longo século XIX, inicialmente focadas na criação e na consolidação das entidades nacionais em consonância com os discursos das elites hegemônicas, ao ampliarem os seus objetivos, propiciaram a eclosão de pesquisas comparadas com uma visão sociocultural mais abrangente.

No momento atual, interessa voltar à obra de vultos renomados ou importantes pelo seu valor cultural, como Vieira, Gregório de Matos, Botelho de Oliveira, Rocha Pita ou Basílio da Gama,²⁴ mas também reler textos de autores ainda pouco estudados, como Juan Lopes Sierra ou Nuno Marques Pereira, assim como recordar a importância que teve o sermão enquanto peça de oratória, e inclusive de intervenção social, e estudar ainda melhor as inúmeras relações de exéquias ou de festas, além do já conhecido *Triunfo Eucarístico* de Simão Ferreira Machado (1734), e, muito importante, seguir vasculhando arquivos e bibliotecas à procura de novos achados.²⁵ Impreterível é a busca de escritos de pessoas escravizadas ou já alforriadas, como Francisco Alves de Souza, autor dos denominados *Diálogos Makii*, que relatam os conflitos e intrigas de uma congregação católica de africanos Mina,

²⁴ De grande valor e pioneira no tempo é a compilação de José Aderaldo Castello, *O Movimento Acadêmico no Brasil, 1641-1820/22* (1969-1976). Estes textos merecem, sem dúvida, um renovado esforço editorial e interpretativo, pois servem para radiografar uma cultura literária em movimento.

²⁵ Utilíssimo para este propósito é a *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*, de Rubens Borba de Moraes (1969). Mais recentemente, são muito informativos os trabalhos bibliográficos de Palmira Morais Rocha de Almeida. Mesmo assim, o trabalho de arquivo segue sendo indispensável.

no Rio de Janeiro de 1786. Esse texto era conhecido desde 1882, mas, lamentavelmente, só foi editado em 2019, graças ao atento trabalho da historiadora Mariza de Carvalho Soares (cf. Rodrigues-Moura 2020b). De grande valor são também textos como o glossário *Obra Nova de Língua Geral de Mina*, do português Antonio da Costa Peixoto, cujo manuscrito data de 1741 e que, além de documentar uma variante de línguas Gbe (Kwa) na comarca de Vila Rica em Minas Gerais, durante o denominado Ciclo do Ouro, inclui alguns diálogos surpreendentes, pois neles se reconhece o ponto de vista da pessoa subalterna:²⁶

Branco não• presta, // Preg.¹⁰, anihutú hinham =
poiz porque não• presta // Responde; hi hà
bouno, hé <chu> nachuhé acrí susû = os br.^{cos}
castigão• m.¹⁰ oz escravos //

Maguhi hi habouno = matemos este
Branco // mábátánim = quebremos lhe
a cabeça // Preg.¹⁰, anihutú nágume = e por-
que rezão• me quereis matar // miná hinum
poupouthôhê = queremos lhe tomar tudo //
hinum poupou <tháhê> mágumehã = tomay
tudo e não• me mateiz // héguhéthóhéhi-
nhô = tem m.¹⁰ rezão• //

Responde, mesesim matim hi hà
bouno hã = os canhanbolas não• tem am.^{os}
Branco // nhimáhinháram nácruhã =
eu não• sou ruim p.^a os escravos // nhime-
rabou háme = eu sou bom // guidómóru
fidim = você diz histo aqui agora //
humdómó tou pou pou me = eu digo
o mesmo em q.^{al} q.^r p.^{te} //

(Peixoto 1741: 29; 33-34; 35)

Muitos desses textos situam-se fora do denominado cânone nacional, seja este brasileiro ou português, e permaneceram por longas décadas desconhecidos, pouco lidos e mal estudados, o que significou um empobrecimento ou um conhecimento somente parcial das relações luso-brasileiras. O câ-

²⁶ Transcrição de Enrique Rodrigues-Moura; manuscrito conservado na Biblioteca Pública de Évora. A Adenda a este livro inclui mais informações sobre este texto, que será reeditado por Christina Märzhäuser e Enrique Rodrigues-Moura em breve.

none nacional brasileiro exclui essas obras por serem, cronologicamente, anteriores ao nascimento do Brasil como Império e, posteriormente, como República. Felizmente, nos últimos decênios já não se pode dizer que a poesia de Gregório de Matos seja uma novidade, mas sim se pode apreciar um interesse especial pelo seu suposto viés subversivo. No entanto, vale a pena lembrar, com as palavras sempre certas de Hansen, que as Letras escritas na América Portuguesa «não questionam a própria instituição do privilégio, mas os abusos, que são caracterizados como vulgares, néscios e também bárbaros e heréticos» (Hansen 2019: 51). No outro lado do Atlântico, o cânone nacional português desconheceu a maior parte desses textos por serem, geograficamente, alheios ao Portugal europeu (e ilhas: Açores e Madeira).²⁷ Eram textos que, de um e do outro lado do Atlântico, não encaixavam nas formações das literaturas nacionais que começaram a se estabelecer a partir do século XIX. No entanto, esses textos são testemunhos de uma rica e complexa vida cultural transatlântica nos séculos XVI, XVII e XVIII. Havia autores, havia textos, havia leitores, e todos em estreita relação com o que se escrevia e lia (ou encenava) em Portugal e, em geral, na Península Ibérica. A cronologia e a geografia, o tempo e o lugar (*chronos e topos*) atuaram como categorias redutoras de uma heterogeneidade cultural inerente a qualquer espaço cultural, logo, também ao espaço cultural luso-brasileiro.

Atualmente, as literaturas nacionais não feneceram, mas perderam o seu lugar eminente no panteão do saber universitário de cada país. O projeto homogeneizador da Modernidade não mais vigora no presente. Interessam, agora, as práticas culturais dialógicas, transculturais, transfronteiriças, políglotas e híbridas, que propiciam o resgate e a interpretação de textos e discursos ausentes do cânone mais frequentado, como podem ser os textos produzidos na América Portuguesa. Em suma, textos, práticas culturais e formas de ler de um tempo passado, que se regiam por outros modelos retórico-poéticos e teológico-políticos, e que se reproduziram por quase trezentos anos nos Estados do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará, partes inalienáveis do Reino de Portugal: Letras na América Portuguesa.

²⁷ A sempre muito útil *História Crítica da Literatura Portuguesa* em nove volumes dirigida por Carlos Reis trata só muito tangencialmente autores nascidos ou ativos na América Portuguesa. O luso-brasileiro Vieira merece destaque, mas Bento Teixeira, Gregório de Matos, Manoel Botelho de Oliveira, Basílio da Gama e muitos outros autores, inclusive os que tiveram presença pública de relevo no Reino, mal são tidos em consideração. Não é difícil encontrar outros exemplos de Histórias da Literatura Portuguesa que desconhecem os textos produzidos na América Portuguesa. Trata-se de uma legítima opção editorial, inclusive acadêmica, mas não tem por que ser a única.

O livro

Este livro visa a lançar novas perguntas a textos produzidos na América Portuguesa, à procura de interpretações e respostas mais contextualizadoras sobre a complexa vida cultural do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão e Grão-Pará, sem depender das sempre anacrônicas e homogeneizadoras visões nacionalistas. No Brasil, ainda há muitos arquivos por serem garimpados, muitas páginas por serem interpretadas, muitas visões globais que merecem estudo mais aprofundado, com maior discernimento. O mesmo se pode dizer de Portugal e de outras bibliotecas ibéricas e europeias, pois a comunicação de pessoas, papéis e mercadorias entre os dois territórios divididos ou unidos pelo Oceano Atlântico sempre foi fluente. Como já se salientou mais acima, o interesse acadêmico e, inclusive, da mídia nacional, pelos fatos históricos desses três séculos de dominação portuguesa é muito maior do que a preocupação por resgatar, ler e interpretar páginas de lírica, dramas ou sermões desse mesmo período histórico. Não é por acaso que há tempos que a literatura deixou de ser essa «atividade devoradora», de que falara Antonio Candido.²⁸

A origem deste livro está no Simpósio Internacional organizado em 2014 pelo Instituto de Letras Românicas da Universidade de Bamberg (Professur für Romanische Literaturwissenschaft / Hispanistik), em parceria com a professora Vania Pinheiro Chaves, do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL) da Universidade de Lisboa. Seu objetivo era contribuir para o estudo de fontes, o debate teórico e a ampliação das pesquisas na área das Letras na América Portuguesa. Com a professora Vania Chaves, vieram de Lisboa os colegas José Eduardo Franco (Universidade Aberta/CLEPUL), bem conhecido pelos seus volumosos projetos de Obras Completas (Padre Manuel Antunes, Vieira, Pombal), Aida Coelho Lemos (CLEPUL) e Beatriz Weigert (Universidade de Évora/CLEPUL).

Da margem portuguesa do Atlântico, esses mais de trezentos anos de letras escritas em português e outras línguas, na esfera cultural imposta pela metrópole, embora nem sempre controlada por esta, costumam ser esquecidos, ignorados, o que é, além de uma perda cultural e literária, um erro histórico que precisa ser, uma e outra vez, assinalado. Nesse sentido, o her-

²⁸ Em texto de 2007, Tzvetan Todorov adota certo *pathos* ao reconhecer que a literatura deixara de ser um saber fundamental: «Le temps passant, je me suis aperçu avec quelque surprise : le rôle éminent que j'attribuais à la littérature n'était pas reconnu par tous» (17).

cúleo trabalho desenvolvido pela professora Vania Pinheiro Chaves durante inúmeros anos na Universidade de Lisboa, assim como depois da sua aposentadoria, tem sido de grande valor para o conhecimento das Letras escritas na América Portuguesa em Portugal, e em algumas Universidades da Europa. Prova desse incansável trabalho foi o belo e volumoso livro editado por Ana Paula Tavares, Beatriz Weigert e Isabel Lousada: *Ensinar o Brasil a toda a gente. Homenagem a Vania Pinheiro Chaves* (Lisboa, 2018).

Para as tarefas de conceptualização e organização desse Simpósio Internacional foi fundamental a presença em Bamberg, no ano de 2014, da colega Olívia Barros de Freitas, graças a uma bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (CAPES).²⁹ A sua Tese de Doutorado em Literatura Brasileira com o título *Dialética e Historicidade do Gênero Épico no Processo de Formação da Literatura Brasileira* e orientada pelos professores Luís Augusto Fischer, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Enrique Rodrigues-Moura, da Universidade de Bamberg, foi defendida com êxito no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2016.

O citado Simpósio Internacional de Bamberg também contou com a participação da professora Maria Eunice Moreira (PUCRS), exímia conhecedora da História da Literatura Brasileira como disciplina acadêmica. No decorrer da sua estadia na Baviera se estabeleceram as bases para uma cooperação oficial entre a Universidade de Bamberg e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Da Alemanha, vieram os colegas Marcel Vejmelka e Ricardo Borrmann. O primeiro trabalha na Universidade de Mainz e talvez seja o maior especialista da obra de Antonio Candido no espaço de língua alemã. O segundo, por sua vez, veio da Universidade de München, onde se encontrava finalizando a sua Tese de Doutorado com uma bolsa do DAAD que, com o título *Die brasilianische Rezeption Rudolf von Jherings und Ernst Haeckels durch Tobias Barreto und Silvio Romero: Instrumentalisierung(en), Netzwerke und transatlantische Ideenzirkulation (1869-1889)*, e orientada pelos professores Ursula Prutsch, da Universidade de München, e Enrique Rodrigues-Moura, da Universidade de Bamberg, foi defendida com êxito em fevereiro de 2017.

²⁹ Nas tarefas organizativas, também ajudaram os então estudantes Florian Lützelberger, Daniel Münch e Maria Roskopf.

Aos textos dos colegas que estiveram em Bamberg em 2014, juntaram-se contribuições de cinco acadêmicos da Espanha e do Brasil: dois com textos historiográficos e três com ensaios que se debruçam sobre temas de poética literária. No primeiro grupo, encontra-se o historiador José Manuel Santos Pérez, que vem desenvolvendo um valioso trabalho de investigação do Brasil filipino na Universidade de Salamanca, e o também historiador Thiago Krause, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), distinto conhecedor das elites escravocratas do Recôncavo baiano. O segundo grupo é formado pela professora Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com amplos conhecimentos de poética e retórica classicistas, e por dois colegas ativos na Universidade Federal do Ceará: Yuri Brunello e Erimar Wanderson da Cunha Cruz. Ambos integram o Grupo de Estudos A «Nova Grécia»: o Brasil e a Itália da Modernidade, que o primeiro dirige com grande maestria. Penso que seria uma constatação indubitável afirmar que, no Brasil, salvo algumas Universidades do eixo Rio-São Paulo e algumas ilhas acadêmicas esparsas pelo país (Bahia, Pernambuco), o interesse pelas Letras produzidas no período histórico da América Portuguesa é ainda reduzido. Por isso, a participação neste livro de dois colegas que atuam na Universidade Federal do Ceará é um fato gratamente assinalável.

Os textos

O texto de Beatriz Weigert debruça-se sobre o que se considera o primeiro texto escrito na América Portuguesa, a afamada *Carta* de Pero Vaz de Caminha. Mais concretamente, interpreta algumas recriações posteriores no tempo dessa missiva enviada a D. Manuel I. Assim, cruzam-se na sua análise os versos jocosos de Oswald de Andrade com os mais respeituosos de José Paulo Paes, ao tempo que se discute o romance de Sílvio Castro, a aventura escrita por José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta e a história em quadrinhos criada por Henrique Campos Simões e Reinaldo Rocha Gonzaga. Recriações literárias que também são apropriações culturais de um passado que segue presente no imaginário de autores e leitores.

No ano de 2019, José Manuel Santos Pérez publicou uma tradução para o espanhol do *Diálogo das Grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão. Continuando na linha de suas investigações sobre este livro, aqui apresenta novos achados sobre a possível mediação do jesuíta Manoel de Moraes

na divulgação do *Diálogo* nos Países Baixos. Também avança a estreita relação que Ambrósio Fernandes Brandão teve com a Índia, ao salientar que no *Diálogo* se observa uma comparação entre o Estado da Índia e o Brasil, sempre favorável para a América Portuguesa. Por último, insiste na já conhecida identidade cristã-nova do autor do *Diálogo*, ao tempo que exuma uma interessante carta do rei Felipe III da Espanha, conservada no Archivo General de Simancas, que viria a confirmar a proximidade de Brandão às altas esferas de poder, na época em que Portugal tinha um rei da família dos Habsburgo.

A contribuição do historiador Thiago Krause oferece um instigante panorama da complexa sociedade que se criou no atual Brasil com a chegada dos portugueses em 1500, sob as coordenadas teológico-políticas próprias do *Ancien Régime*. Seu principal objeto de estudo são as elites escravocratas, a aristocracia que baseava o seu poder nos engenhos de açúcar e o exercia a partir das Câmaras municipais, especialmente as de Salvador da Bahia, do Recife e do Rio de Janeiro. A partir do século XVIII, os comerciantes ganharam peso nas estruturas de poder, em detrimento dos possuidores de terras, e o ciclo do ouro das Minas Gerais criou uma sociedade móvel com uma considerável população livre de cor, alforriada, fator que servia para manter certo controle social graças a uma possível manumissão futura.

Na qualidade de coordenadora e supervisora linguística da *Obra Completa Padre Antônio Vieira*, Aida Coelho Lemos enumera as tentativas históricas de publicar os textos do jesuíta luso-brasileiro. Neste caso particular, centra o seu artigo na apresentação e discussão dos critérios de transcrição de manuscritos e impressos de Vieira, bem como de edição e fixação dos textos para publicação. Devido à origem diversa dos textos editados, tanto do ponto de vista temático como tipológico e de fontes, e tendo em conta a clara vocação de oferecê-la a um público alargado, não especialista em temas filológicos ou na obra do Padre Vieira, optou-se por uma estratégia editorial modernizadora da língua portuguesa. Para a língua latina, tão frequente nos textos de Vieira, optou-se por uma normalização linguística. O texto de Aida Coelho Lemos fornece exemplos concretos para uma correta avaliação por parte do leitor dos critérios editoriais adotados na *Obra Completa Padre Antônio Vieira*.

O texto de Maria do Socorro Fernandes de Carvalho elabora uma reflexão sobre a importância de se levar em consideração aspectos de retórica, de poética e de língua literária ao interpretar a lírica do longo período histórico denominado classicista que, *grosso modo*, nasce na Grécia arcaica e se estende até o século XVIII, tanto na Europa como na América Portuguesa. A se-

guir, o artigo discute vários versos do político e diplomata Duarte Ribeiro de Macedo, o qual admirou a obra de António Barbosa Bacelar e manteve ativa correspondência política com o Padre Vieira. Ao expor com certo detalhe as relações intelectuais que unem os textos destes três autores, Maria do Socorro Fernandes de Carvalho culmina por reivindicar um estudo mais apurado do menos conhecido deles, Duarte Ribeiro de Macedo e, em concreto, do seu breve livro *Obras Métricas*.

O ensaio de Yuri Brunello avalia a sólida consciência autoral do advogado, senhor de engenho e poeta Manoel Botelho de Oliveira, pessoa com amplas leituras que sabe que a origem da tradição literária com a qual dialoga nasceu na Grécia antiga, passou por Itália (tanto a romana como a renascentista), percorreu a península ibérica e chegou à América Portuguesa. O estudo observa com atenção as relações da poesia de Botelho de Oliveira com a de Torquato Tasso e Giovan Battista Marino e aponta para a existência de um discurso italianizante, com Roma como centro nevrálgico, na Bahia da segunda metade do século XVII. Essa Roma *caput mundi* seria uma referência idealizada da Roma imperial, ao tempo que uma realidade do poder eclesiástico mas, também, seria uma Roma que irradiaria a efemeridade do sensualismo e do esteticismo.

Partindo do conceito de angústia da influência proposto por Harold Bloom, Erimar Wanderson da Cunha Cruz verifica e problematiza algumas tendências de juízo sugeridas historicamente pelos críticos acerca do emprego dos estilos de época na obra poética de Manuel Botelho de Oliveira. Focando-se na presença de elementos petrarquistas nos livros *Música do Parnaso* e *Lira Sacra*, demonstra que o uso dos modelos poéticos pelo escritor baiano indica uma estratégia de inserção canônica e que certas formas de valoração crítica sobre a sua obra estão intrinsecamente ligadas a pressuposições conflitantes com o contexto de produção cultural da Bahia dos séculos XVII e XVIII.

O estudo de Enrique Rodrigues-Moura centra-se num erro de substituição na transcrição de um vocábulo de um soneto em castelhano do poeta Manoel Botelho de Oliveira, lapso que está presente em duas edições contemporâneas (1953 e 2005). Em concreto, trata-se da substituição da ligadura tipográfica de «f» + «i» pela ligadura tipográfica de «S» longo ou alto + «i» («f + i»), de tal forma que «Ifis», a personagem mitológica que amou Anaxarete, passa a ser «Isis», a deusa egípcia. Devido a esse lapso, o soneto resulta incoerente e, em última instância, incompreensível. No artigo, descreve-se e

explica-se a origem do descuido (*lectio facillior*) e argumenta-se, tanto de um ponto de vista hermenêutico como de um ponto de vista ecdótico, a favor da necessária correção deste erro de substituição em futuras edições.

Depois de várias publicações dedicadas ao Padre Vieira, entre elas a já citada *Obra Completa Padre Antônio Vieira*, o historiador José Eduardo Franco avança aqui uma interessante interpretação dos textos e do atuar teológico e político do jesuíta. *Homo viator* por excelência, entre Lisboa, Países Baixos, Roma e a América Portuguesa, por citar algumas das terras que Vieira percorreu, defende-se neste ensaio que o pregador jesuíta manteve uma atitude crítica perante a corte lisboeta. Vieira censurou que o escasso apoio a empresas monopolistas pudesse promover, também, a missionação na América Portuguesa, repudiou o excessivo peso da Inquisição perante o Paço de Lisboa e lamentou que a sociedade portuguesa fosse demasiado intolerante. Ao mesmo tempo, Vieira considerou o denominado Novo Mundo como um espaço promissor para a expansão da fé religiosa, sempre a partir de uma perspectiva universalizante e até utópica.

Grande especialista na obra de José Basílio da Gama, a quem dedicou dois livros, Vania Pinheiro Chaves volta ao autor d'*O Uruguai* para indagar aspectos concretos dos seus versos que deixam constância de certo sentimento nativista e apego pelo torrão natal. Ao mesmo tempo que apoiava por meio da épica a política do Marquês de Pombal contra os jesuítas, no seu poema, o poeta incorpora, ficcionalmente, ao amplo território brasileiro, os Sete Povos Missionários do Uruguai e seus habitantes nativos. A geografia passa a ser vista como força bela e bruta que tem que ser explorada e civilizada, pois é a geografia e não a genealogia o elemento que, no futuro, conformará a futura nação brasileira. O poema épico *O Uruguai* construiu-se, literariamente, no âmbito dos modelos retórico-poéticos do classicismo herdado e proveniente da Europa, mas permite ao leitor que percorre as suas páginas mais de duzentos anos depois pressentir um sentimento nativista que pode até chegar a interpretá-lo como proto-nacional. Já nos indicou Borges que Pierre Menard lia o *Quixote* à sua maneira.

Olívia Barros de Freitas estuda a relação dialética entre as personagens Diogo Álvares e Moema no poema de Santa Rita Durão: *Caramuru. Poema épico do descobrimento da Bahia*. Foca o seu artigo em apontar nos próprios versos do poema os contrastes entre ideologia e forma literária. Assim, devido a que o poema está estruturado como conflito, como contraste entre dois mundos irreconciliáveis, a ação violenta da evangelização pela espada

e inclusive os pressupostos teóricos da própria conquista se justificam pela incivilidade ou barbárie dos índios. Ao mesmo tempo, é por contraste que se salienta a heroicidade do português Diogo Álvares: a «gente bruta» perante o «prudente Diogo».

O artigo de Ricardo Borrmann divide-se em duas partes. Na primeira, defende que a «matriz ibérica» que conformou o pensamento teológico-político das elites brasileiras só se rompeu no fim do século XIX com as publicações e a ação pública do pernambucano Tobias Barreto de Menezes, eminente representante da famosa «Geração de 1870». A sua ativa recepção de autores de língua alemã incorporou ao debate brasileiro um pensamento liberal e antitomista que defendeu um laicismo de corte radical. A segunda parte do artigo, centra a sua atenção nas ações políticas do Marquês de Pombal que reestruturam o Reino de Portugal, de modo especial as relações do Paço de Lisboa com algumas ordens religiosas: banimento dos jesuítas e incentivo da ação da Congregação do Oratório. As ideias iluministas de influência francesa teriam chegado ao Brasil a partir de uma mediação ibérica. Borrmann conclui o seu ensaio, salientando o grande valor epistemológico da cesura que o pensamento de Tobias Barreto estabeleceu com essa «matriz ibérica», pombalina, regalista e de fortes tendências jansenistas-galicanas.

Com um agudo espírito crítico, discute Maria Eunice Moreira um recente texto de Ettore Finazzi-Agrò sobre a conceptualização da História da Literatura Brasileira. Partindo da ideia de que toda construção historiográfica de uma determinada Literatura Nacional elabora uma continuidade temporal entre textos, autores e leitores, Moreira analisa as Histórias da Literatura Brasileira de Friedrich Bouterwek, Ferdinand Denis, Joaquim Norberto de Sousa Silva e Ferdinand Wolf. Conclui que a História da Literatura Brasileira foi-se construindo sob o abismo de um passado que, por ser colonial, não podia ser recuperado, e perante um futuro incerto que só existia nas expectativas volitivas desses citados autores. A História da Literatura Brasileira terá que aprender a conviver com uma genealogia curta no tempo e uma geografia larga e variada no espaço.

O ensaio de Marcel Vejmelka centra a sua atenção na forma em que Antonio Candido relacionou os textos escritos durante o período colonial com a literatura brasileira como sistema, como instituição social, e a influência que este relacionamento exerceu em académicos latino-americanos, mormente, Ángel Rama. Ao conceptualizar o sistema literário brasileiro, Antonio Candido citou como elementos fundamentais certas características internas como

a língua, alguns temas e certas imagens, mas também aspectos sociológicos, como autores, textos e leitores, literariamente e institucionalmente organizados. Os textos anteriores ao Arcadismo do século XVIII seriam «manifestações literárias» prévias ao «momento decisivo» que teria conformado um sistema literário no Brasil. Foi basculando entre a continuidade e a ruptura que as literaturas nacionais do subcontinente ou as diferentes «comarcas» culturais e literárias latino-americanas teriam se formado como «sistema literário» e, nesse sentido, precisa muito bem Vejmelka, a obra de Candido foi inspiradora para a compreensão desse processo intelectual.

Por último, encerra este livro uma Adenda assinada por Christina Märzhäuser e Enrique Rodrigues-Moura. Trata-se da apresentação de um projeto em curso que será publicado em breve nas Edições de Bamberg (Bamberger Editionen), a saber, a edição crítica e comentada da *Obra Nova de Língua Geral de Mina*, de Antonio da Costa Peixoto. Este texto consiste num valiosíssimo glossário que traduz para o português aproximadamente 900 palavras de uma(s) língua(s) Gbe, as quais foram registradas na comarca de Vila Rica na primeira metade do século XVIII. O documento, embora não desconhecido, precisa ser reeditado e reinterpretado, pois registra a vitalidade linguística, social e cultural do denominado *Black Atlantic*, ao mesmo tempo que, do ponto de vista ético, faz parte da silenciada memória cultural de não poucos brasileiros. À edição crítica dos dois manuscritos conhecidos, que aparecerá ainda em breve, agregam-se ensaios em inglês de Fernando Araujo, Annegret Bollée; Yeda Pessoa de Castro; Alexander Cobbinah, Sandra Furtado, Marcela Farias Bernardo e Cléa Nunes; Christina Märzhäuser e Dzidula Samla; e Enrique Rodrigues-Moura.

Às autoras e aos autores, o meu sincero agradecimento por suas contribuições e pela paciência que demonstraram na espera da publicação do livro.

Referências

- Almeida, Palmira Moraes Rocha de. *Dicionário de Autores no Brasil Colonial*. 2.^a edição, revista e ampliada. Lisboa: Colibri, 2010.
- Asensio, Eugenio. «La lengua compañera del imperio. Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal». Em: Eugenio Asensio (ed.). *Estudios portugueses*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974, 1-16.
- Assis, Machado de. *Memorial de Ayres*. Rio de Janeiro / Paris: Garnier, 1908.
- Bluteau, Rafael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. 8 vols. Coimbra / Lisboa, 1712-1728 [vol. 1-4, Coimbra: Colégio das Artes, 1712-1713; vol. 5-8, Lisboa: Pascoal da Sylva, 1716-1721].
- Bluteau, Rafael. *Suplemento ao Vocabulário Portuguez e Latino*. 2 vols. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva, 1727 / Patriarcal Officina da Musica, 1728.
- Bouza, Fernando. *Corre Manuscrito. Una Historia Cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- Candido, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira. Momentos decisivos*. 1.^o vol. 1750-1836; 2.^o vol. 1836-1880. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959.
- Candido, Antonio. «Aquele Gilberto». Em: Antonio Candido. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993a, 82-83.
- Candido, Antonio. «Literatura comparada». Em: Antonio Candido. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993b, 211-215.
- Candido, Antonio. «Literatura, Espelho da América?». *Luso-Brazilian Review*, vol. 32, n.º 2, 1995, 15-22.
- Cardoso, Fernando Henrique. «Um livro perene». Em: Gilberto Freyre. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003, 19-28.
- Cardoso, José da Cunha. «Oração, com que na domínica in Albis e vinte, e três de abril deste ano de 1724 abriu a Academia Brasília o Doutor José da Cunha Cardoso». Em: José Aderaldo Castello (ed.). *O Movimento Acadêmico no Brasil, 1641-1820/22*, vol. I, t. I. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, 7-17.

- Casas, Bartolomé de las. *Historia de las Indias*. 3 vol. Ed. de Agustín Millares Carlo. Estudo de Lewis Hanke. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.
- Castelo, Cláudia. *O 'modo português de estar no mundo': o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
- Castelo, Cláudia. «O Luso, o Hispano e a América Tropical: uma incursão no pensamento de Gilberto Freyre». Em: Enrique Rodrigues-Moura (ed.). *Von Wäldern, Städten und Grenzen: Narration und kulturelle Identitätsbildungsprozesse*. Frankfurt am Main: Brandes & Apsel, 2005, 361-383
- Castelo, Cláudia. «The Luso-tropicalist Message of the Portuguese Late Colonial Empire». Em: José Luís Garcia / Chandrika Kaul / Filipa Subtil / Alexandra Dias Santos (eds.). *Media & Portuguese Empire (19th and 20th Century)*. Cham: Palgrave Macmillan, 2017, 69-86
- Castelo, Cláudia. «Gilberto Freyre's concept of miscegenation and its circulation in the Portuguese Empire (1930s-1960s)». Em: Warwick Anderson / Ricardo Roque / Ricardo Ventura Santos (eds.). *Luso-Tropicalism and its Discontents: The Making and Unmaking of Racial Exceptionalism*. New York / Oxford: Berghahn Books, 2019, 23-44
- Castro, Ivo / Rodrigues-Moura, Enrique. «A *Fénix Renascida* e as suas edições». *Romanische Studien*, 2021, no prelo.
- Churchill, Winston. *Never give in! The best of Winston Churchill's speeches*. Selected by his grandson Winston S. Churchill. New York: Hyperion, 2003.
- Cicerón, Marco Tulio. *Filípicas*. Edição de Pere J. Quetglas. Tradução de Juan Bautista Calvo. Barcelona: Planeta, 1994.
- Coelho Netto, [Henrique Maximiano]. «Banzo». Em: Coelho Neto. *Banzo*. Porto: Livraria Chardron de Lello e Irmão, 1912, 9-39.
- Colomés, Jean. *Le Dialogue «Hospital das Letras» de D. Francisco Manuel de Melo*. Texte établi d'après l'édition princeps et les manuscrits, variantes et notes. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

- Cunha, Mafalda Ferin. «O autor e a obra». Em: António Barbosa Bacelar. *Obras poéticas de António Barbosa Bacelar (1610-1663)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, 13-68.
- Davenport, Frances Gardiner. *European Treaties bearing on the history of the United States and its Dependencies to 1648*. Washington: The Carnegie Institution, 1917.
- Directorio que se deve observar nas Povoações dos Indios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1758.
- Elia, Sílvio. *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Ática, 1989.
- Figueiredo, Isabela. *Caderno de Memórias Coloniais*. 7.^a edição. Lisboa: Caminho, 2017.
- Freyre, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Ed. crítica de Guillermo Giucci / Enrique Rodríguez Larreta / Edson Nery da Fonseca. Madrid *et alii*: ALLCA XX, 2002.
- Garin, Eugenio (ed.). *Prosatori latini del Quattrocento*. Milano / Napoli: Riccardo Ricciardi ed., 1952.
- Hansen, João Adolfo / Moreira, Marcello. *Para que todos entendais. Poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra. Letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII*. Vol. 5. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- Hansen, João Adolfo. «Para uma História dos Conceitos das Letras Coloniais Luso-brasileiras dos Séculos XVI, XVII e XVIII». Em: J. A. Hansen. *Agudezas Seiscentistas e Outros Ensaios*. Cilaine Alves Cunha / Mayra Laudanna (orgs.). São Paulo: Edusp, 2019, 39-54.
- Jobim, José Luis. «Abralic: sentidos de seu lugar». *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, vol. 8, n.º 8, 2006, 95-111.
- Kinzo, Maria D'Alva G. «A democratização brasileira. Um balanço do processo político desde a transição». *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, n.º 4, outubro-dezembro, 3-12.

- Lacombe, Américo Jacobina / Silva, Eduardo / Barbosa, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Apresentação de Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- Martins, Heitor. «Gregório de Matos: mitos e problemas». Em: Heitor Martins. *Do Barroco a Guimarães Rosa*. Belo Horizonte / Brasília: Itatiaia / INL / Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, 235-245.
- Matos, Gregório de. *Obra poética*. 2 vols. Edição de James Amado, preparação e notas de Emanuel Araújo. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- Mattoso, José. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares / Gradiva, 2003.
- Meier, Christian. *Das Gebot zu vergessen und die Unabweisbarkeit des Erinnerns. Vom öffentlichen Umgang mit schlimmer Vergangenheit*. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, 2010.
- Melo, Francisco Manuel de. *Cartas Familiares*. Prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmento. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.
- Monumenta Henricina*, vol. XII (1454-1456). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1971.
- Morais, Rubens Borba de. *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1969.
- Nebrija, Antonio. *Gramática castellana*. Salamanca: [Juan de Porras], 1492.
- Oliveyra, Manoel Botelho de. *Musica do Parnasso dividida em quatro coros de Rimas Portuguesas, Castelhanas, Italianas & Latinas. Com seu descante comico redusido em duas Comedias. Offerecida ao Excelentissimo Senhor Dom Nuno Alvares Pereyra de Mello, Duque do Cadaval, &c. e entoada pelo Capitam Mor Manoel Botelho de Oliveyra, Fidalgo da Caza de Sua Magestade*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal, 1705.
- Piaia, Gregorio. *Vestigia philosophorum. Il medioevo e la storiografia filosofica*. Rimini: Maggioli Ed., 1983.

- Peixoto, Antonio da Costa. *Obra Nova de Língua Geral de Mina*. Manuscrito. Biblioteca Pública de Évora, CXVI/1-14, 1741.
- Peralta, Elsa / Góis, Bruno / Oliveira / Joana (eds.). *Retornar. Traços de memória do fim do Império*. Lisboa: Edições 70, 2017.
- Peres, Fernando da Rocha. «Gregório de Mattos: fortuna histórica e literária». Em: Fernando da Rocha Peres (ed.). *Gregório de Mattos: o poeta renasce a cada ano*. Salvador: FCJA / Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000, 45-65.
- Pessoa, Fernando. *Poemas de Álvaro de Campos*. Ed. de Cleonice Berardinelli. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.
- Prestage, Edgar. *D. Francisco Manuel de Mello. Esboço biographico*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914.
- Rodrigues-Moura, Enrique. «Abraham a Sancta Clara, Paravicino y Vieira. *Apud Europaeos et Occidentales populos*». Em: Paul Danler / Klaus-Dieter Ertler / Wolfram Krömer / Erna Pfeiffer / Enrique Rodrigues-Moura (eds.): *Österreich, Spanien und die europäische Einheit / Austria, España y la unidad europea*. XI. *Spanisch-Österreichisches Symposium*. Innsbruck: Innsbruck University Press, 2007a, 3-34.
- Rodrigues-Moura, Enrique. «Territorio, moral y nación en los pupitres de la escuela. Olavo Bilac y Manuel Bomfim». *Arbor. Ciencia, Pensamiento y Cultura*, vol. CLXXXIII, n.º 724, março-abril, 2007b, 227-241.
- Rodrigues-Moura, Enrique. «'A nossa literatura é galho secundário da portuguesa'. As Letras e o Parnaso na América Portuguesa». Em: Germana Maria Araújo Sales / Marlí Tereza Furtado (eds.). *Linguagem e Identidade Cultural*. João Pessoa: Ideia, 2009, 17-34.
- Rodrigues-Moura, Enrique. «Lusofonia em movimento: língua, culturas, nações». Em: Enrique Rodrigues-Moura / Doris Wieser (eds.). *Identidades em Movimento. Construções identitárias na África de língua portuguesa e reflexos no Brasil e em Portugal*. Frankfurt am Main: TFM, 2015, 67-92.
- Rodrigues-Moura, Enrique. «De la *Jornada dos Vassalos* (1625) a la *Restauração* (1640) de Portugal. Una narración teleológica de D. Francisco Manuel de Melo». Em: José Manuel Santos Pérez / Ana Paula Megiani /

- José Luis Ruiz-Peinado Alonso (eds.). *Redes y Circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)*. Madrid: Sílex, 2020a, 465-503.
- Rodrigues-Moura, Enrique. «Francisco Alves de Souza dialoga com o alferes Gonçalo Cordeiro no Rio de Janeiro de fins do século XVIII. Achegas à edição de um testemunho manuscrito de uma congregação católica de africanos Mina». *Romanica Olomucensia*, n.º 32, 2, 2020b, 407-414.
- Russell, Peter. *Henrique o Navegador*. Nova edição com prefácio de Luís Miguel Duarte. Lisboa: Livros Horizonte, 2016.
- Scott, Paulo. *Marrom e Amarelo*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2019.
- Souza, Francisco Alves de. *Diálogos Makii. Manuscrito de uma congregação de africanos Mina, 1786*. Mariza de Carvalho Soares (ed.). São Paulo: Chão Editora, 2019.
- Tabucchi, Antonio. «Suspecte lusophonie». *Le Monde*, 18 de março de 2000, 1 e 18.
- Todorov, Tzvetan. *La littérature en péril*. Paris: Flammarion, 2007.
- Topa, Francisco. *Edição crítica da obra poética de Gregório de Matos*. Dois volumes. Porto: edição do autor, 1999.
- Ventura, Deisy / Reis, Rossana. «A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19. Um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil». Em: *Direitos na Pandemia*, Boletim n.º 10. São Paulo: Conectas Direitos Humanos / Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), 2021, 6-31.
- Verney, Luís António. *Verdadeiro método de estudar*. Valensa [Nápoles]: na oficina de Antonio Balle [Genaro e Vincenzo Muzio], 1746.
- Vieira Junior, Itamar. *Torto arado*. São Paulo: Todavia, 2020.
- Zurara [Azurara], Gomes Eannes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*. Paris: J. P. Aillaud, 1841.